

POLÍTICA

Constituinte

"Sem liberdade de imprensa, não há imprensa." Esta é a posição de Ulysses Guimarães, que também fala sobre o papel das Forças Armadas na nova Constituição.

O presidente da Câmara, do PMDB e provável presidente da constituinte, Ulysses Guimarães, definiu ontem para o **Jornal da Tarde** a sua posição sobre dois temas que serão fatalmente objeto de grandes debates na Constituinte: as atribuições das Forças Armadas e a liberdade de imprensa.

O deputado do PMDB de São Paulo disse que as Forças Armadas devem, no Brasil, "como em qualquer país" ter responsabilidades tanto na defesa externa quanto na manutenção da ordem interna, subordinadas ao comando supremo do presidente da República. "É claro que eles têm de agir na ordem interna com os resguardos que a Constituição vai estabelecer. Esta é a posição em que me coloco."

Para os ministros militares, o apoio de Ulysses Guimarães à tese de que as Forças Armadas têm responsabilidades na ordem interna ("Claro que não em primeira instância, porque esta cabe às Polícias Militares"), representa um respaldo altamente relevante. Entre outros motivos, segundo um dos ministros, porque a posição de Ulysses nunca poderá ser interpretada como um adesismo, pois ele é, por consenso, reconhecido como o mais atuante líder da oposição na resistência democrática, durante o regime militar.

Ulysses Guimarães disse, ainda, que deve ser "preservada a liberdade de imprensa na próxima Constituição, porque sem liberdade não há imprensa". Para ele, a imprensa deve ter a garantia da Carta de 87 para exercer suas atividades.

Um dos pontos que ainda são objeto de debates entre juristas é se o jornalista deve ser processado pela Lei de Imprensa ou pelo Código Penal. Mas, em seu congresso de 1981, a Ordem dos Advogados do Brasil aprovou proposta contra as leis especiais, inclusive a de imprensa.

Disputa

"Eles não são líderes de nada. Não representam ninguém e não falam pelas bancadas", disse ontem o deputado Fernando Lyra sobre a criação de uma comissão de apoio à reeleição de Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara. A comissão, criada neste final de semana, conta com a participação dos deputados José Lourenço (líder do PFL), Hércilio Fortes e Pimenta da Veiga (líder do PMDB). O deputado Paes de Andrade, do PFL, apesar de ter participado do encontro que precedeu a criação da comissão, disse não fazer parte do grupo.

"É natural que Ulysses esteja preocupado e comece a criar comissões de apoio. Minha candidatura cada vez cresce mais", comentou com ironia Fernando Lyra, que garantiu já ter como certo o apoio de 195 deputados, e "só faltam 50 para a vitória".

A Assembleia Nacional Constituinte será instalada com seus 559 integrantes distribuídos por 11 partidos políticos — mais da metade (305) dentro do PMDB e outro grande grupo (134) dentro do PFL. Mas dificilmente os partidos comandarão as decisões nas questões mais controversas, a não ser aqueles que tenham linha ideológica muito bem definida.

As votações não serão propriamente partidárias, a começar pelo fato de que a Emenda nº 26, ao convocar a Constituinte, estabeleceu que a futura Constituição terá de ser aprovada pela maioria absoluta dos integrantes da Assembleia Nacional, ou seja, metade mais um. Ficou, com isto, afastada a usual prática do voto simbólico das lideranças, uma das causas do esvaziamento dos plenários do Congresso Nacional, porque as matérias passam a ser votadas apenas pelo "senta-levanta" dos líderes das bancadas, cada um representando o número de deputados ou senadores que as integram.

Com a exigência de maioria absoluta, as votações serão nominais. Cada constituinte será chamado a tomar posição, pessoalmente, em face de cada votação, independentemente da orientação que seu partido venha a fixar. As duas principais agremiações políticas, o PMDB e o PFL, principalmente o primeiro, são na verdade duas grandes "frentes". Reúnem parlamentares de tendências ideológicas e políticas as mais diversas. Não conseguirão, por isso, apresentar-se coesos nas deliberações da Constituinte.

Mais expressão poderão ter alguns líderes informais que os próprios líderes das bancadas. É possível que ao redor desses líderes informais comecem a reunir-se parlamentares que, embora pertencentes a partidos diferentes, tenham posições comuns. Por enquanto, é cedo para previsões. O Congresso Nacional está renovado em mais de 80%, e não se conhece bem o pensamento de grande parte desses novos parlamentares que estão chegando agora a Brasília. Mas já se cogita da formação de, ao menos, um bloco parlamentar, que seria o "nacionalista". Não se sabe, porém, se haveria ou não número suficiente para criá-lo.

No decorrer da semana passada o deputado Amaury Müller (FDT-RS), que acalenta a esperança de formar esse bloco, dizia estar aguardando a chegada dos novos parlamentares a Brasília, para saber com quantos poderia contar. Ele disse que, pelas contas da "comunidade de informações", a

Constituinte teria 30% de "progressistas" e 40% de "indefinidos". Com essa avaliação, que a seu ver está correta, resta saber agora o que se entende por "indefinidos" — se são constituintes que não têm posição ou se foram os serviços de informação que não conseguiram identificá-la. De qualquer modo, Amaury Müller entende que, para ter atuação eficaz, o "bloco ou frente nacionalista" precisaria contar com mais da metade dos constituintes.

Está claro que se pode esperar, também, por uma contrapartida.

Se os "progressistas" ou "nacionalistas" se unirem de um lado os conservadores certamente se unirão de outro, para tentar fazer prevalecer as suas propostas ou, ao menos, amenizar outras radicais.

Os negócios do jornalista Roberto Marinho, proprietário da TV Globo, especialmente a recente compra do controle acionário da NEC, poderão ser objeto de polémica Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI — a ser instalada na Câmara, a par-

tir de março, por solicitação do PMDB da Bahia. Por sua vez, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) já anunciou a disposição de pedir a instalação de uma CPI para investigar irregularidades na correção de incentivos fiscais da Sudam e da Sudene — Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste —, nos dois anos da Nova República.

O PMDB da Bahia, que tem no ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, seu maior adversário, acusa-o de ter favorecido a compra da NEC por Marinho.

Em troca, Magalhães, segundo o PMDB baiano, teria conseguido transferir o direito de transmissão da programação da TV Globo para a emissora de propriedade de seu filho e de seu genro. O PMDB já denunciou o caso ao presidente da República, mas como Sarney não interfereu no assunto, o partido pretende proceder a investigações através da instalação de uma CPI.

No Congresso, tem-se como certo que o monopólio da TV Globo será muito questionado, na área política, no decorrer do ano. Não se sabe, porém, se será possível a

constituição de CPI sobre as empresas de Roberto Marinho, o que exigiria a assinatura de um terço dos integrantes da Câmara ou do Senado.

Obcecado pelo tema, Paulo Mincarone (PMDB-RS) vai tentar reativar a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o sistema financeiro do País. É que a CPI instituída na última legislatura, assim como todas as outras que não concluíram seus trabalhos, foi automaticamente extinta em 5 de dezembro do ano passado, com fim das atividades legislativas.

EXAME DE ORDEM

Aulas particulares preparatórias para o Exame de Ordem. Número limitado para 10 alunos. R. Manoel da Nobrega, 111 5º (travessa da Av. Paulista) F. 284-0005